

A Palavra Impressa e a Educação das Classes Populares Oitocentistas: rastros de experiências formativas na imprensa

ANA LUIZA JESUS DA COSTA¹

Mas fora dos recintos da Universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista, que conhecimentos se formaram e ainda se formam fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas e a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico. (THOMPSON, E. P. A miséria da Teoria. Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser).

Desde o movimento de ampliação do conceito de fonte histórica que teve como ícone os *Annales*, a imprensa e a literatura vêm se apresentando como meios privilegiados de acessar o universo de experiências humanas. As últimas décadas do XIX e início do XX no Rio de Janeiro oferecem uma vasta produção, desde obras de renomados autores até romances de folhetim, era o *boom* de impressos na cidade capital. Todo esse material traz indubitáveis contribuições às nossas buscas pelos saberes populares no período.

É importante notar, quanto ao mundo do trabalho, neste período, que a mesma expansão verificada no número de periódicos postos em circulação pode ser observada quanto ao fenômeno associativo. Além dos grandes jornais de caráter comercial, mais estáveis, havia um sem número de pequenas publicações divulgadoras de opinião dos mais diversos grupos, cumprindo os mais diversos fins. Eram, na maior parte das vezes, publicações efêmeras das quais se encontram conservados poucos números sem continuidade. Nesse universo foram selecionados jornais com caráter manifestamente popular e jornais manifestamente voltados para instrução.

No contato com o acervo das obras raras da Biblioteca Nacional emergiu uma gama de periódicos datados da segunda metade do século XIX cujos temas são relevantes para essa pesquisa. Escolhi alguns deles classificados entre temáticas de: Artes e Ofícios; Classes Operárias-Trabalhadores-Populares; Educação; Escravidão;

¹ Estudante de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), bolsista de doutorado pela CAPES.

Política. É importante pontuar o volume de títulos e a impossibilidade de lê-los em sua totalidade. Correndo o risco de deixar de lado material revelador, conta-se um pouco com a sorte.

Os títulos até o momento analisados dão ênfase aos temas da política, artes e ofícios e classes operárias. Foram eles: *O Proletário. Hebdomadário Artístico, Literário e Recreativo* (1877-1878); *A Consciência Nacional. Jornal Político Social* (1877 – único exemplar); *O Socialista. Órgão de Um Clube. Jornal Político, Chistoso e Comercial* (1878); *Gazeta Operária. Órgão Dedicado Especialmente aos Interesses dos Artistas e Operários* (1881); *O Artista. Periódico Dedicado à Indústria e Especialmente às Artes* (1870-1871); *O Aspirante: Periódico Literário e Artístico dos Alunos do Liceu de Artes e Ofícios* (1881-1882).

Ao escolher publicações que delimitam as classes populares como público, especialmente no mundo do trabalho, tive como intenção principal observar a que tipo de leitura e a que universo de ideias esses sujeitos estavam expostos. Além de pensar a imprensa como fonte privilegiada de informações sobre a vida da Corte e da Província Fluminense, também procuro considerar o caráter educativo/formativo que ela representava para o público leitor. Considerando que o jornal ou mesmo a revista tem uma circulação mais ampla e democratizada que o livro, seja por seu formato, linguagem ou custo, dimensionaremos seu papel educativo para essa parcela da sociedade. Entretanto não se trata aqui de quaisquer jornais ou revistas ou de quaisquer temáticas por eles abordadas. São aqueles que nos permitem verificar as manifestações da sociedade civil acerca da educação para as classes populares e especialmente as experiências e concepções educacionais das próprias classes populares.

Os títulos escolhidos permitiram compreender o uso da imprensa como uma ferramenta pelas classes populares em sua experiência educacional. Tal afirmação é possível, por um lado, porque estes sujeitos são escolhidos como público, erigidos assim em interlocutores legítimos. Ainda que, como veremos a seguir, insista-se em sua apatia, inércia ou inconsciência, os editores só se dirigem a eles porque creem poder “acordá-los”. Por outro lado, os próprios editores se auto definem como pertencentes à classe de artistas e operários.

Em suas páginas encontramos a positividade da instrução, a valorização da escola, mas também a valorização da capacidade do trabalhador em se instruir fora dela.

Encontramos, ainda, a relação com o associativismo, tanto na ligação direta que um dos jornais possuía com um Clube do qual era órgão de divulgação, como pelo incentivo dado a esta prática.

Antes de discutir os “recursos pedagógicos” presentes nos jornais e as suas concepções sobre a educação para o povo é importante caracterizá-los brevemente de acordo com seu formato, pertencimento social e político dos editores e representações sobre o público a que se destinavam.

Dos seis periódicos analisados percebemos que três deles possuem uma dupla preocupação: além de desenvolverem seu próprio programa a partir de textos mais densos de análise e opinião, procuram também noticiar os acontecimentos cotidianos da cidade. Além disso, trazem variedades com objetivo de “ilustrar” e entreter o leitor, tais como: biografias, folhetins, charadas, poemas... Este é o caso de *O Proletário*, *O Socialista*, e *Gazeta Operária*. No primeiro número de cada um deles encontramos o Editorial onde se divulga o Programa do jornal. No caso d' *A Consciência Nacional*, existe um único exemplar que se ocupa quase exclusivamente do Programa. Num momento em que a imprensa era considerada uma tribuna, uma arena de debate político, tal tomada inicial de posição era considerada muito importante.

Os títulos citados não possuem imagens, apenas textos corridos. Em *O Artista*, cujo objetivo era propriamente instrutivo, havia desenhos de máquinas e ilustrações de processos produtivos, mas não eram em grande número. Encontramos em *O Proletário*, *O Socialista* e *Gazeta Operária* anúncios comerciais e seções abertas à manifestação do público: cartas, recados, reclamações. Já *O Aspirante*, não possuindo anúncios comerciais, era o que mais se voltava para a propaganda, neste caso, dos feitos e acontecimentos do Liceu de Artes e Ofícios. Em suas páginas, além do Editorial contendo seu Programa, encontramos poesias e notas em homenagem à Joaquim Bethencourt da Silva, promotor do Liceu e à outros membros da Sociedade Propagadora das Belas Artes.

Quanto ao pertencimento social dos redatores, nota-se que todos eles procuram se aproximar o máximo possível do público leitor, talvez em busca de maior legitimidade para falar por ele. *O Proletário* afirma que “seu aparecimento na imprensa é o resultado da firme vontade de alguns poucos artistas que desejam melhorar sua condição social pela instrução”. *A Consciência Nacional* pretende falar pelo operário,

artista nacional, mas não fica claro o pertencimento do redator que nem mesmo usa o recurso de *Gazeta Operária* ao pronome “nós” para se referir à classe operária. Este último se define como manifestação dessa classe e apesar do redator não deixar explícita sua identidade podemos inferi-la de frases como: “E nós que constituímos parcela desse grande todo e que representamos a maioria – o povo”. Já *O Artista* não deixa dúvidas sobre quem são seus redatores. Na primeira página encontramos a informação de que é “propriedade dos redatores, os engenheiros: Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira; Dr. Miguel Vieira Ferreira; Dr. Luiz Vieira Ferreira; e Dr. Joaquim Vieira Ferreira”. Em algum dos textos do jornal cita-se o Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira como “engenheiro, artista ele mesmo”. Também no caso de *O Aspirante* a identidade dos redatores é explícita, trata-se dos próprios alunos do Liceu de Artes e Ofícios.

Politicamente estes sujeitos são críticos ao *status quo*, à classe política no poder considerada corrupta e desgastada, ou declaram-se neutros, desligados das questões partidárias. *O Proletário* trata os governantes por “camaleões políticos elevados às altas regiões do funcionalismo, magistratura e representação nacional”. Considera que o poder pouco a pouco solapa os homens públicos e instituições, porém acredita em um tempo mítico quando havia bons políticos defensores dos interesses da nação, ao contrário do momento atual em que “não se trata mais nessa casa [Parlamento] do bem comum do povo. O interesse individual é a divisa desses senhores que dirigem a grande nau do Estado”. Por outro lado, defende o progresso da nação, a cidadania, bem estar, instrução, proteção para o povo e moralidade. Concorreria para tudo isso uma representação operária no Parlamento que inexistia até então. “Só lançarmos um golpe de vista para a representação nacional, ficamos maravilhados, porque entre os 120 lugares do Parlamento não encontre o operário uma cadeira para si, tendo, no entanto, parte ativíssima nos comícios eleitorais”. Essa representação operária seria uma alternativa à “camarilha calabrense que tudo promete e nada faz”.

A *Consciência Nacional* segue o mesmo tom de ataque ao regime instituído, mas acrescenta às suas críticas uma forte coloração nacionalista, considerando o reinado de Pedro II como um reinado estrangeiro. “Deve ser mais: um protesto consciente e vigoroso do sentir popular, convencida e desenganada a nacionalidade brasileira da prestabilidade moral de uma instituição exótica e anacrônica aí artificiosa e

fraudulentamente enxertada, em tronco que a repelia...”. Porém o jornal também não se ligava a nenhum dos partidos existentes considerados corrompidos. Nenhum deles representaria verdadeiramente o operário nacional. Pelo contrário, diz que “o trabalho mecânico que se representa no pessoal operário, da fortuna ou infortúnio do qual ninguém cogita se não para vexá-lo e explorá-lo em todos os períodos da vida pública, e só invocado nominalmente nos dias do nominal exercício da ridícula suposta *soberana popular*”. Apesar do discurso político profundamente crítico, deseja evitar o que chama de “desastres sociais”, como uma revolução social, talvez, que poderiam ser causados pelo “desespero das classes laboriosas”.

Semelhante ao periódico acima referido, *Gazeta Operária* não se vincula aos partidos existentes. Fala ao povo e pretende contar apenas com a força desse na luta por seus direitos. Declara-se neutra nos interesses partidários e crenças políticas e em vez da luta de classes opta pela participação na vida política do país ao lado das outras corporações. Seu posicionamento político mais marcante diz respeito à ferrenha crítica feita à reforma eleitoral de 1881 por excluir a maior parte do povo do pleito.

Mas, qual, engano; o Sr. Saraiva é de um tino... A prova é que fez passar o artigo 8º enquanto excluía a maior parte dos legítimos cidadãos que mais concorrem para o progresso e engrandecimento da pátria, pretextando a inconsciência com que exerciam o sacratíssimo direito de cidadãos. (...)

O proletariado, único mercadejador da consciência, na opinião de S. Ex. o Sr. conselheiro Saraiva, está para todo sempre condenado e despojado do supremo direito de cidadão!...(...)

Acabaram-se os capangas, os fósforos jamais terão extração e as baionetas do governo não farão correr mais o sangue do turbulento, inconsciente e miserável mercadejador do voto, o operário!...(...)

Concluiu, finalmente, V. Ex. a sentença que há muito sonhava para lavrar sobre as classes menos favorecidas e sobre o povo pobre – A Reforma Eleitoral!

De modo que só os Srs. proprietários e capitalistas são os considerados cidadãos. E podem gozar dos direitos que lhes são facultados pela reforma eleitoral! (...)

Pois bem, Sr. conselheiro. V. Ex. que passa em toda sua carruagem pelas ruas da cidade, lançando olhares para as multidões, encontrará muitos operários pobres, mas honrados, porque tem a consciência sã e o caráter nobre, não estão ainda corrompidos pelo vício torpe da bajulação como aqueles que descem ao balcão da venalidade, olvidando os mais sacrossantos princípios da sociedade e da natureza, alugando a consciência podre para empolgar as altas posições sociais.

É necessário, pois, que V. Ex. e todos quantos se acham colocados nas altas posições sociais, compreendam que o operário é um homem que tem um cérebro que pensa e não uma máquina...

O operário de 1881 não é o mesmo operário de 1850 nem de 1860 que só cuidava em trabalhar, comer e dormir.

O operário de 1881 trabalha, come, lê folhas diárias, vai ao teatro, estuda nas aulas noturnas, desenvolve seu talento em reuniões literárias, nas imprensas e nas tribunas populares, inocula no coração os verdadeiros

germens das doutrinas sociais e não deixa passar impunemente as afrontas que lhe são feitas, aceita sempre o reto, quando lhe é atirado em face, porque conhece o que é reação.

A justificativa para exclusão do operário bem como da maior parte da população, na reforma que aumentou a renda que habilitava a votar ao passo que instituiu o critério de alfabetização para o voto era a necessidade de elevar a capacitação, consciência política dos votantes. A resposta do redator da *Gazeta* à tal justificativa é uma excelente oportunidade para percebermos as disputas políticas em torno do “capital cultural” das diferentes classes da sociedade e as representações em torno dos saberes, educação e instrução dessas classes. Primeiro argumento: seria o operário o único a mercadejar sua consciência? Segundo, enquanto suprime o direito de voto do operário, nada é feito contra outros graves problemas que acometiam as eleições como os capangas, a violência, a repressão expressa pelas “baionetas do governo”.

Ao longo do artigo a divisão de classes e seus efeitos políticos se estabelecem com nitidez: concretizara-se o desejo do Sr. Saraiva, chefe do gabinete ministerial responsável pela reforma – só os “senhores proprietários e capitalistas são considerados cidadãos”. Porém, a reação se esboçaria em função da injustiça, já que caçara-se o direito de sujeitos “pobres, mas honrados”. Se esboçaria ainda porque o operário é um ser pensante. E não se trata de um operário atemporal, mas sim de uma classe que viu mudanças, progressos no campo do acesso ao conhecimento letrado, desde mais ou menos 1860. É um operário que vem se educando por diversos meios, dentro ou fora da escola: nas aulas noturnas, mas também nas folhas diárias, no teatro, na imprensa, nas reuniões literárias.

Por fim, mais dois periódicos a se declararem neutros são *O Artista* e *O Aspirante*. O primeiro, apesar de declarar que não é uma folha política discute esses assuntos tendo como mote a instrução. Apreendemos, ainda, sua oposição aos regimes aristocráticos e sua defesa da meritocracia, para o que se mira na sociedade estadunidense. *O Artista*, dedicado à ação política via instrução, pretende elevar a classe dos artistas sem, porém, rebaixar as classes altas, que chama “classes felizes”. Em posicionamento muito próximo a este, defendendo, inclusive, o papel de elites caritativas em educar o povo, *O Aspirante* declara-se “independente de todos os partidos e suas paixões, seguiremos o caminho do progresso. (...) Com a política nada queremos. (...) O nosso fim é instruir...”.

Os programas e posicionamentos políticos descritos encontram coerência com o público para qual são destinados os jornais, quem visam sensibilizar, representar, educar... Ao mesmo tempo em que escolhem os sujeitos para quem dirigem seu discurso, apontam outros em posição conflituosa. É o caso de *O Proletário* que se destina ao – operário, proletário, povo, homem livre – a quem opõe, de certa forma, as carreiras científicas, os empregos públicos e os políticos. *A Consciência Nacional* defende os operários, artistas mecânicos nacionais diante das letras, ciências, comércio, indústrias artificiais, funcionalismo e estrangeiros. Já *O Socialista* fala ao povo, aos parias sociais, operários contra as classes privilegiadas, classes predominantes. *O Artista*, apesar da categoria social expressa no nome, pretende educar e instruir os artistas, mas não é marcado por forte pertencimento de classe, sua causa não é a classe, mas a instrução. Finalmente, *O Aspirante* também não pode ser caracterizado por um pertencimento de classe, ao que parece está voltado ao máximo de leitores possível para que estes conheçam as obras do Liceu e de Bethencourt da Silva.

Ao falar para as classes populares os redatores dos periódicos estudados colocam-se à distância, em certos momentos objetivando-as e nos deixando perceber em suas páginas as concepções que possuíam sobre “o povo”, “os operários”, “proletários”, “artistas” ou demais faces desse complexo conjunto. Para *O Proletário*, seu público apresenta-se como indiferente às questões políticas e sociais. Esta indiferença era atribuída, porém, ao monopólio da política por sujeitos corruptos. Assim o periódico viria auxiliar um povo, a princípio sem voz, falando por ele. O grande problema desse povo, desse operariado seria, então, a apatia, a inércia, a descrença, o indiferentismo, principalmente com “as letras”. Eles se contentavam em “vencer diariamente o produto mal retribuído de seu trabalho”. Somado ao problema da indiferença estaria o do próprio modo de vida do operário: o esbanjamento de dinheiro, a preferência dos “prazeres noturnos nocivos ao espírito”, em vez “do estudo do seu futuro”. Apesar de tudo isso, tem confiança no povo para fazer progredir a nação, pois este ainda não estaria corrompido como as classes no poder.

Em *A Consciência Nacional* o operário é apresentado como vítima de suas condições materiais, da exploração, injustiçado. Ele que sustenta a nação vive mal remunerado, vexado, morando em “mansarda de estalagem imunda”, convivendo com “más companhias”.

Não tanto na posição de vítima, em *O Socialista* o povo é “versátil, indiferente, apaixonado às vezes”. Possui um “espírito pouco vidente”, mas também, “instinto de liberdade”. Qualidades instintivas são as que, em princípio, poderiam advir de um povo formado como o brasileiro: nascido de uma composição condenada – do estrangeiro depauperado moralmente, o africano selvagem da escravidão, o índio livre reduzido a escravo. Nada que favorecesse uma vida produtiva, uma existência político social, uma fraternidade social. Seria necessário esforço para reverter a situação, mas o autor só consegue ver indiferença. Baixo a essa visão pejorativa da composição do povo brasileiro, o jornal e o clube colocam-se a tarefa de regenerá-lo contra a corrente dos poderosos que teriam criado e mantido tal degeneração.

Na mesma linha pejorativa dos outros periódicos, *Gazeta Operária* classifica o povo como inativo quedado em marasmo.

O estado do país é desanimador, mas os brasileiros quebram os remos e deixam-se levar pela corrente, cruzam os braços e na mais completa inação reduzem-se a uma sorte lastimável.

Os ânimos estão abatidos, não há grandes ambições, não há forças reconhecíveis exteriormente, dizemos, a precisa energia para que os brasileiros possam quebrar de um só golpe os grilhões de ferro que os subjagam.

Por outro lado, ao tratar da reforma eleitoral e da capacidade de reação do povo, caracteriza esse operário, identificado todo o tempo com o povo, como ser que pensa, ativo, que busca instrução, busca leituras e informação e capaz de dar respostas à lei do conselheiro Saraiva. Ao necessitar do apoio deste mesmo povo como base política vemos as representações se alterarem.

Destoando um pouco dos demais, *O Artista* não parece conceber características intrínsecas ao povo. Parece defender a capacidade de aprendizagem e o acesso a instrução. Chega a afirmar que não se deve pensar que para ser popular um periódico deve ser frívolo. A instrução seria assim a medida de classificação dos sujeitos. Entretanto, ao se considerar como “periódico civilizador” indica que estaria lidando com um povo bárbaro. Nesse mesmo diapasão *O Aspirante* também centrado na especificidade da instrução percebe o povo, e no caso dos números estudados, comemorativos da inauguração das aulas femininas do Liceu de Artes e Ofícios, percebe também a mulher como “presos pelo jugo da ignorância”.

Assim que os diferentes periódicos justificavam sua missão educativa junto ao público a quem se destinavam. Essa missão educativa será decomposta para análise,

como se apontou anteriormente, em duas frentes. A primeira trata de como essa imprensa educa, forma o público leitor, que recursos pedagógicos podemos flagrar em suas páginas. A segunda diz respeito às concepções educacionais que ela veicula.

Quando me refiro a tais recursos pedagógicos tenho por intenção captar uma possível atividade educacional não formal, não sistemática, desenvolvida também em espaços como o cotidiano das associações beneficentes ou de auxílio mútuo, e que encontramos sutilmente nos periódicos. Para além da leitura como exercício de decodificação, havia neles alguns programas diretivos. Tomemos como exemplo *O Proletário*. Encontraremos ali a disposição em “discutir princípios, apontar erros e abusos”. E ainda, a proposição de criação de um clube político onde o operário estude e discuta os negócios do país, onde possam ser formados seus representantes. Como em outros periódicos este possui uma seção de cartas, espaço para manifestação dos leitores que dessa forma não permaneceriam apenas como consumidores das palavras por meio da leitura, mas desenvolveria também a expressão escrita participando do debate público.

A estratégia da *Consciência Nacional* incorporava o uso de de uma linguagem não acadêmica, afirma que “sua escola de dicção será positiva”. Ela ainda, “toma homens e coisas do tempo, aprecia-os, estuda-os à luz de suas causas e efeitos. Um estudo isento de paixões e ódios”. Por fim, faz “a síntese escrita do sentimento das classes laboriosas”.

O Socialista não ingressa profundamente no debate sobre a instrução, concebe-a, associada ao trabalho, como forma de elevar o nível moral do povo, como meio de tornar viável o Brasil como nação tomando por parâmetro o que chama de “povos cultos e instruídos”, os povos europeus.

Um organismo que nasce funcionando mal e que morreu por não funcionar nem pessimamente.

Chamai ao progenitor, ao pai, Metrôpole; Portugal, por exemplo, chamai ao descendente, ao filho Colônia, o Brasil, por exemplo... e conclui.

O organismo deste pode ser levantado, revivido pelo artifício, pela ciência e mais tarde pela natureza.

É preciso, porém, empregar meios físicos, o trabalho, por exemplo.

É necessário o emprego dos meios intelectuais, a instrução, por exemplo.

É indispensável a soma dos meios sociais, a divisão e utilização do trabalho, por exemplo.

É essencial a aplicação de meios políticos, a liberdade por necessidade.

Será um organismo novo.

Apesar de não teorizar muito sobre a instrução, o periódico possui os recursos

pedagógicos bem desenvolvidos. A começar por ser órgão de um clube, associa a atividade de imprensa à atividade associativa dispondo de diferentes meios de formação. Um dos objetivos do jornal é apresentar a “doutrina socialista”. A sua explicação do que ela quer e do que ela nega é feita didaticamente sob a forma de perguntas e respostas, recurso que o jornal usa frequentemente.

*O que quer ela? O que pede o socialismo?
Verdade nas teorias sociais, verdade nas práticas sociais, verdade nas consequências sociais.
O que nega ela? O que é que a doutrina socialista repele?
A mentira, o absurdo.
O que quer ela? O que pede o socialismo?
Verdade nas teorias sociais, verdade nas práticas sociais, verdade nas consequências sociais.
O que nega ela? O que é que a doutrina socialista repele?
A mentira, o absurdo.
O direito de conquista, o direito de herança.
Quem pode negar que aí existe muito fundo bom?
Ninguém.
A sede de conquista é um princípio que de absurdo que é, deriva consequências absurdas.
Ponde Ciro de frente de Baltazar, tereis a covardia e o assassinato... Mas chamareis conquista.
Colocai Alexandre diante de Tebas e vereis ruínas sucedendo a cidade.
Tereis a morte sucedendo a vida; o incêndio sucedendo a habitação; da ruína sucedendo a edificação.
Situais Dario, Xerxes diante de Esparta e de Atenas extasiar-vos aos gritos tumultuários, ao sangue, aos ferros em Maraton, Platéia, Termópilas e Salamina.
Procurai Roma e os soldados; a conquista e o roubo, a devassidão e o furto.
Evocai os Césares, evocai os Antoninos, desenterrai Macrino (...) e dizei que foram bons, que tiveram o exercício de um direito, defendei esse parto monstruoso da cabeça e do braço e... tereis defendido a doutrina anti-socialista; isto é, tereis sustentado o direito de conquista junto ao direito de ruínas; tereis absolvido a culpa o direito de hereditariedade dinástica e o direito de herança doméstica.
É isso um bem? É isso aceitável? Mil vezes que não.
(...)
É preciso dizer aos reis: Nascestes dos conquistadores, sois absurdos sociais.
É preciso dizer aos que herdaram: individuais a nossa pátria perdulais a fortuna que não adquiriste porque não trabalhaste, sois indignos de possuí-la, entregai-a ao estado... dai à sociedade por meio do tesouro público da comuna.
Sede socialistas.*

Além da repetição de sentenças e do uso do imperativo para reforçar a argumentação e afirmar a doutrina, outro recurso bastante usado é a história como exemplo e como mestra explicadora, nesse caso o exemplo do abuso das conquistas e explicadora da origem do direito de herança. No Editorial de 27 de junho de 1878 o autor sugere: “Recordai a história, a boa mestra”. E, ainda usando este mesmo argumento, no artigo intitulado *Princípios e Consequências* dá conta do percurso da

humanidade até o estágio atual de desenvolvimento, momento em que a propriedade privada teria surgido como consequência brutal, violenta da luta do homem contra o homem, precedida por um estágio anterior da luta do homem contra as feras pela sobrevivência. Neste mesmo artigo reafirma o sustentáculo de suas verdades - “Se não, indagai da história, a mestra de todos os povos, companheira imperecível de todas as ações. Indagai impertinente e ela vos responderá”.

Outro recurso bastante usado era a educação pelo exemplo. Exemplo, em geral, vindo de nações europeias, especialmente a Alemanha. No artigo *Um Grande Exemplo*, é contado o caso do operário alemão, ao que parece um militante anarquista, que seria condenado a morte por atentar contra a vida do rei Guilherme.

Condenar a morte um operário que pretende arrancar-se a si, a seus irmãos, a seus compatriotas, da miséria em que vivem.

Condenar a morte o homem das multidões, o ludibrio da pobreza, e porventura a vítima de omnípotentes poderes.

Condenar a morte aquele que tornou-se criminoso diante da corte por tentar ser grande libertador diante da pátria.

Condena-lo a morte é um ato criminoso se não a maior covardia de um crime.

Por que levam-no ao patíbulo?

Por que vão executá-lo?

Vemos novamente o questionário como forma de conduzir o leitor no julgamento da questão complexa. O próprio jornal adota uma posição dual, condena a tentativa de assassinato do rei pelos operários, já que a sua luta deveria ter se dado “pela imprensa, pela tribuna, pelo colóquio, pela conversa”, mas também condena a pena capital, especialmente na situação limite da luta daqueles homens contra as desigualdades sociais.

Somado ao exemplo encontramos o uso da comparação, das metáforas na difusão da doutrina. É o caso da analogia entre a estrutura social vigente de desigualdade entre ricos e pobres e o pai de família que deserda uns filhos e beneficia outros.

Imaginar uma família de irmãos, cujo pai abastado em fortuna deserudara alguns e locupletara a outros.

Mesmo que os deserdados fossem péssimos e os aquinhoados fossem ótimos, eram filhos do mesmo pai, o que é serem irmãos.

Julgareis de injustiça, julgareis de iniquidade... o que é sempre um mal, um semelhante ato.

A disparidade que aí vai na imposição da pena aos deserdados e da riqueza entregue aos aquinhoados é um fato familiar, doméstico, que pode quando ampliado dar a medida exata da injustiça, da iniquidade da doutrina anti-socialista.

Sai da família e entrai no município, na comuna, no estado; observai que aqui há duas classes extremadas, uma herdeiros permanentes e outra deserdados perpétuos.

Uma a dos ricos, dos abastados, dos capitalistas, a outra a dos pobres, dos miseráveis, dos indivíduos que não tem trabalho ou que produz capital e muito menos capital para utilização do trabalho...

Por fim, temos o uso da argumentação lógica, racional que para *O Socialista*, por si mesma indicaria o caminho natural da igualdade e da fraternidade. A final, “como seres pensantes, racionais, devem aceitar por verdadeiras tais proposições que tem o valor teórico e prático e que se fundamentam no princípio irrecusável da igualdade e fraternidade”. É o que se vê no trecho abaixo, onde o autor procura, pela lógica, desfazer a fundamentação dos direitos de propriedade e herança.

Quereis talvez outro exemplo:

Admiti por momentos que tendes uma propriedade, que por direito pertence-vos, e que alguns homens, a que denominamos ladrões, salteadores, bandidos, forçam-vos a entregar-lhes o que chamais a vossa propriedade.

Ao primeiro ataque deles, se tiverdes meios materiais, oporeis força, ao que chamais defesa, e se puderes, ferireis, matareis os ladrões.

Sabeis o que tendes feito? Sustentado a vossa propriedade roubando a única propriedade real que vós e os demais homens possuem, que é a vida.

Tereis sido razoáveis assim praticando? Falai a vossa consciência e ela dir-vos-há que não!

Mas admitamos que os maus ocuparam a vossa propriedade, e que vós, diante dos tribunais, justificais o vosso direito.

Que justificativa destes?

Vosso pai, vosso avô, um amigo, um igual ofereceu-vos por vosso direito de herança essa propriedade, perguntai de onde proveio ao possuidor o direito de propriedade, direis que de seus antepassados...

Pois bem, subi sempre com essa escala indutiva de herança em herança, de direito transmitido a direito adquirido e chegareis a realidade da primeira ocupação pela força, o que negaste há pouco ser um bem ou um direito.

E então? Sois contraditórios.

Admitis por curteza de vista a propriedade herdada, quando rejeitais o princípio fundamental de semelhante fato.

A imprensa política voltada para os operários, artistas, ou classes populares em geral assumia, como mostram os “recursos pedagógicos” presentes em suas páginas, a missão de esclarecer, instruir, moralizar seu público. *O Proletário* registra em seu programa que “nossa divisa é o progresso, nosso fim é a instrução” e não havia muitas divergências quanto a necessidade e o papel da educação na sociedade brasileira. Seria por meio do trabalho inteligente, melhorado pela educação, que as classes populares se ergueriam, conquistariam melhor espaço na sociedade. A defesa do mérito como regulador das relações sociais é constante nos diferentes jornais como percebemos no artigo *Os Artistas*, publicado n' *O Artista* em 1870 e republicado mais tarde em *Gazeta*

Operária de 15 de janeiro de 1881.

Pela ignorância, pela falta de atividade mental, a classe artística deixou-se abater, desprestigiou-se.

No estado atual das coisas, o que lhe cumpre fazer para recuperar o lugar que lhe compete no país, o que ocupa na ordem do progresso?

Convirá que os artistas fiquem indefinidamente como estão? De certo que não.

Cumpram-lhes refletir, observar as causas pelas quais ficaram no esquecimento, por que se desprestigiaram, por que sua posição é hoje tão falsa que precisam empregar esforços hercúleos para virem ao nível que lhes compete.

Em primeiro lugar falta-lhes a instrução; e todos os seus esforços devem convergir para adquiri-la.

(...) Cumpre também que pela sua moralidade eles vão se colocar no primeiro plano.

Por isso mesmo que, são fracos e desprestigiados é que precisam ter uma iltibada conduta, se quiserem subir.

É preciso crer que o mérito vence dificuldades que parecem insuperáveis à primeira vista, por mais que o queiram depreciar, ele segue o seu caminho e acaba por se fazer reconhecer.

Também é necessário que o artista não seja o primeiro a considerar degradante a sua profissão, ou crer que sua posição é digna de lástima.

O artista, querendo, é um homem independente em qualquer parte do mundo ele tem o pão seguro, e mais ou menos abundante, segundo a ordem do seu merecimento.

Diante de tão ferrenha defesa da instrução e do mérito cabe questionarmos qual a representatividade de tal visão entre as classes populares que sabemos diversificadas e, até mesmo estratificadas. Quem chega a formular tais discursos são muitas vezes parcelas mais instruídas dessas classes, ou ainda indivíduos autodidatas, algumas lideranças que desde cedo perceberam a necessidade do uso do valor da educação como meio de construir sua imagem moralizada e confiável no cenário social. Temos outro exemplo na transcrição de uma conferência realizada na sala da Liga Operária pelo “ilustrado operário” Sr. Silveira, publicada em *O Proletário*. Silveira inicia sua exposição pedindo desculpas por possíveis faltas, pois “operário como é, e na obrigação de madrugar para procurar a oficina não tem por isso tempo de aprofundar-se em sérios estudos para assim desenvolver-se”. Mas, apesar das dificuldades interpostas ao estudo do operário ele sustenta que “estudando o operário chegará a devassar todos os arcanos que concorrem para entorpecer o seu progresso”. E que “a instrução é o meio do homem gozar todas as felicidades, evita os vícios e levanta altares à virtude...”. Ainda que não possuísse títulos e fosse um operário de oficina, não é atoa que o Sr. Silveira era orador da conferência da Liga Operária, era um homem habituado às letras como havia,

segundo *O Proletário*, muitos entre os operários da capital do Império, indivíduos ilustrados.

Ao tomarmos um periódico editado por sujeitos portadores de títulos superiores, como era o caso dos editores de *O Artista*, todos engenheiros, ainda que o principal deles, o tenente coronel Fernando Luiz Ferreira fosse considerado “artista ele mesmo” encontramos uma concepção educacional semelhante em essência. Cabe, entretanto, destacar este periódico por sua clara defesa de uma educação que fosse além da escola e a consciência da própria imprensa como instrumento educativo.

Para seus autores “todo homem precisa de instrução” e essa questão, ”aliás, parece evidente”. O que eles procuram em seu programa é definir que instrução é essa e fazer com que o jornal auxilie-a. Seria ela a necessária “a todo cidadão”: a instrução geral e principalmente a profissional.

A instrução geral de que precisa é: saber ler, escrever e contar, conhecer um língua estrangeira para poder estudar a parte técnica de sua profissão, e acompanhar os progressos que esta faz em outros países, que possa apreciar o movimento político do país, ajuizar do valor das leis que se decretam e dos homens incumbidos de sua confecção, de julgar segundo elas e fazê-las executar.

Quanto à instrução profissional, nenhum artista deve dispensar o conhecimento de aritmética, da geometria e do desenho linear como estudo preparatório além daquele que se refere especificamente à arte que professa. De qualquer profissão que seja o artistas ele lucra em ter noções de física e de mecânica, assim como não pode dispensar alguns conhecimentos de economia política se quiser sobressair em sua profissão e ocupar um dia o lugar de chefe de indústria como proprietário ou como simples gerente.

O estudo do movimento político do país é de suma importância, porque a classe laboriosa interessa saber como se organiza a milícia, da qual ela tem de fazer parte, como se distribui o imposto que ela paga, direta ou indiretamente, como se garante a propriedade que ela também possui, a liberdade de que necessita em todos os seus movimentos, etc.

Essa gama de conhecimentos idealizados formaria não só para o exercício da função, mas para a vida social, uma vez que “para merecer o nome de cidadão, para ser digno de chamar-se homem é forçoso que raciocine e se habilite para julgar”. Seria necessário que o homem tivesse “certo grau de desenvolvimento intelectual para julgar”. Até aqui seu posicionamento é compatível com a visão dominante sobre a relação entre instrução e política, porém encontramos um diferencial em seu discurso: o homem pode saber ler e se manter ignorante sem o tal grau de desenvolvimento intelectual.

Entretanto na política, muito mais do que no jure é preciso que o homem tenha certo grau de desenvolvimento intelectual para poder julgar mesmo depois de ouvido os debates. Com efeito o homem completamente ignorante

não compreende sempre as discussões da imprensa e nunca sabe quando lhe compete julgar como juiz de direito, quando deve se transformar em poder executivo. Julga sempre como mero juiz de fato e aí fica.

O homem inteiramente ignorante, mesmo sabendo ler, não pode acompanhar o movimento político do país, formar juízo sobre as medidas tomadas ou a tomar, essa instrução não é suficiente para que tire uma conclusão exata só pelos debates da imprensa, e em muitos casos, direi mesmo, em quase todos precisa ter certas noções.

Todos já bradamos que é preciso saber ler, abrir escolas, fazer o ensino obrigatório (debaixo de certo ponto de vista) e não nos demorarmos em pensar que não vale muito o saber ler se não se achar onde ler coisas úteis. Ler, simplesmente, é estar diante da porta aberta de um rico edifício sem poder entrar em seu interior porque há uma segunda porta que o fecha.

As relativizações sobre o que significaria ler sem ter o que ler e a insuficiência de só se abrir escolas são de certa forma dissonantes do senso comum educacional. No mesmo artigo segue a crítica da existência de poucas publicações e seu alto custo associado ao problema da linguagem incompatível, distanciada da realidade da maior parte do povo. Incompatibilidade de linguagens que não acomete só as obras literárias, mas também o discurso político:

Se o nosso país não está mais adiantado em política, é certamente porque os políticos não se demoraram em pensar que fala-se e escreve-se para ser-se compreendido, pois que do contrário é inútil falar ou escrever, perde-se tempo. Para os homens da mesma força não é preciso longa discussão para chegar ao acordo, estando de boa fé, quando assim não acontece é porque um deles é o cego da escritura, não quer ver.

Querem que o governo do país seja o do povo e pelo povo, falem ao povo de modo que ele compreenda, plantem-lhe no espírito princípios que sirvam-lhe de guia como a estrela polar serve ao navegante.

No caso da imprensa, *O Artista* critica o fato de que o “homem ignorante” tem sido posto de lado, não há preocupação de instruir-lhe e mesmo um ou outro periódico com denominação de popular incorre na inadequação da linguagem ou “querem tornar-se compreensíveis a força de frivolidade”.

O que chama atenção nos textos de *O Artista* é o encontro com uma visão mais ampla de educação e certa sensibilidade com que compreende o povo como capaz de adquirir conhecimentos tanto quanto outras classes da sociedade desde que se lhe apresente a utilidade desses conhecimentos, ou, numa perspectiva menos utilitarista, que se apresente a relação desses conhecimentos com seu cotidiano.

A favor da criação de escolas, da difusão da instrução primária têm se erguido muitas vozes, tem-se empregado muito esforço, aliás insuficiente para a vastidão desse país e para o que se deve desejar: a Constituição garante gratuitamente a instrução, mas tem se entendido que isso importa em garantir escolas primárias em todos os povoados, secundárias nas capitais, e superiores na Corte e numa ou noutra província; particulares, sociedades

têm aberto escolas em diferentes lugares, mas não se tem pensado no meio de dar a instrução mais sólida, mais útil, diremos em apresentar bons livros em língua portuguesa para a instrução dos que sabem ler. (...)

O povo pesa em geral que a vantagem da instrução primária está em poder ler ou escrever uma carta, e como em geral os seus negócios não exigem imperiosamente que leiam ou escrevam, eles deixam de empregar esforço para que seus filhos vão à escola.

Comece o agricultor de poucas forças a ler um livro ou ouvir ler, como associando-se ao seu vizinho ele pode colher o dobro do que trabalhando só; ouça ler como um homem fez utilizar um vegetal a que até então não se dava importância e enriqueceu por esse meio, ouça ler o artista que o que inventou a máquina de coser, o tear de tecer, etc. enriqueceram ; que se não souberem ler terão disso pesar e mandarão seu filho a escola. (...)

O povo habituou-se a não ler e pensa que a leitura não pode trazer utilidade, porque de fato nunca obteve do que leu. Mesmo os homens instruídos ficam desnorteados quando lêem a maior parte dos artigos impressos em nossos jornais e se não tivessem fundamento para não duvidar de si, certamente que não duvidariam dos outros.

O povo duvida de si, e por isso desiste do intento, foge das letras, que só servem neste caso para fazer perder um tempo precioso de que precisa para seu trabalho.

O trabalho produz um salário no fim do dia, o lucro da instrução é remoto, se não o compreende, se não acredita nele, se a sucessão das idéias não prende-lhe a atenção, para que há de ler?

Assim pensa o povo.

Trata-se aqui de uma crítica à própria política educacional do Estado Imperial e a concepção corrente de educação do povo como instrução elementar. Associa, em sua análise aprendizagem a condições sócio-culturais e, ainda que atribua ao povo uma forma de pensar utilitarista, busca uma lógica própria na visão desses sujeitos sobre a educação. “O povo não lê”, é a verdade propagada. Ao se deparar com determinados textos “o povo duvida de si”. Pudera, segundo o autor, “mesmo os homens instruídos ficam desnorteados quando lêem a maior parte dos artigos impressos [nos jornais da Corte]”. Os homens instruídos têm respaldo social para não se colocarem em posição de inferioridade frente ao texto, respaldo que falta aos sujeitos estigmatizados não só por sua pouca prática no universo letrado, mas por outros fatores sociais, econômicos, culturais vinculados. Lendo o artigo acima imagino que já no século XIX fosse possível questionar: o problema da leitura popular estaria nos sujeitos ou nos objetos de leitura? De forma correlata, o problema de sua escolarização estaria nos sujeitos ou na instituição?

Bibliografia:

BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, Sociedades Operárias e Mutualismo.

BATALHA, Cláudio H. M. Dicionário do Movimento Operário. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. Culturas de Classe. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e Liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: Quase Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização. Reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MACIEL, Laura Antunes. *Do “O povo não sabe ler” para uma história dos trabalhadores da palavra*. in: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (org). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. A formação do povo. In: O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de adão*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Vol. 2.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria. Ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Educação e experiência. in: *Os românticos. A Inglaterra na era revolucionária*. Trad. Sérgio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. in: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Fontes:

A Consciência Nacional. Jornal Político-Social. 2 de dezembro de 1877. Nº 1 (único exemplar). Rio de Janeiro, Tipografia de Domingos Luiz dos Santos, Rua 7 de setembro n. 142.

Gazeta Operária: órgão dedicado especialmente aos interesses dos artistas e operários. Ano I, 8 a 22 de janeiro de 1881, nº 1 a 4. Rio de Janeiro, Typ. Rua Sete de setembro, nº 62.

O Artista: periódico dedicado à indústria e principalmente as artes. 1870-1871 Rio de Janeiro, Typ. de Aranha Guimarães.

O Aspirante: Periódico Literário e Artístico dos Alunos do Liceu de Artes e Ofícios. 1881 – 1882. Rio de Janeiro, Typ. Cosmopolita.

O Proletário. Hebdomadário artístico, literário e recreativo. Rio de Janeiro, Typ. da Reforma, 1877-1878, N. 1, 3, 7-10, 14.

O Socialista. Órgão de um clube. Jornal político, chistoso e comercial. Rio de Janeiro, Typ. do direito, 1878.